

MARTIN CASALS IGLESIAS

*Autor de Ecos do Dinheiro, Finanças
Comportamentais e Viajando nos Investimentos*

OURO,
PAPEL
e PIX

A HISTÓRIA DO
SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO



ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL
Rio de Janeiro, 2026

Ouro, Papel e Pix

Copyright © 2026 STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA.

Copyright © 2026 Martin Casals Iglesias

ISBN: 978-85-508-2992-0

Alta Cult é um selo do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA.).

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I24o
Iglesias, Martin
Ouro, papel e Pix: a história do sistema financeiro brasileiro / Martin Casals Iglesias. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Alta Cult, 2026.
232 p.; 15,7 x 23 cm.
Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-508-2992-0

1. Finanças – Brasil – História. 2. Sistema financeiro – Brasil. 3. Mercado financeiro. 4. Economia brasileira.
I. Título.

CDD 332.0981

Índice para catálogo sistemático:

1. Finanças – Brasil – História 332.0981

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da Obra: J. A. Ruggeri

Vendas Governamentais: Cristiane Mutus

Produtora Editorial: Rita Motta



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br

Editora
afiliada à:



ASSOCIADO



Amostrado

Ao futuro do Brasil.

E àqueles que virão depois de mim, mais jovens, mais inquietos, mais preparados, e que terão a coragem de escrever as próximas páginas da história do nosso sistema financeiro.

Que este livro seja, para vocês, não um ponto de chegada, mas um convite: um convite à curiosidade, ao estudo, à responsabilidade e, sobretudo, à construção.

Porque o dinheiro, quando bem compreendido, deixa de ser apenas instrumento e passa a ser linguagem. E são vocês que escreverão seus próximos capítulos.

Agradecimentos

Aos meus pais, que já não estão aqui, mas permanecem em tudo o que penso, escrevo e sou.

Cada valor, cada escolha, cada inquietação intelectual carrega, de alguma forma, a marca silenciosa do que me ensinaram, às vezes com palavras, muitas vezes apenas com exemplo.

À minha filha Carolina, cuja ausência é também presença constante. Se este livro fala de tempo, escolhas e legado, é porque aprendi com você que aquilo que realmente importa não se mede em números, mas em significado.

À Planejar, pela construção e disseminação de uma cultura sólida de planejamento financeiro no Brasil e pelo privilégio de, há um quarto de século, fazer parte dessa história por meio da certificação CFP.

À Fundação Getúlio Vargas, que ajudou a moldar em mim o pensamento econômico, não apenas como técnica, mas como forma de interpretar o mundo.

À B7 Business School, pela convicção de que o conhecimento ganha vida quando encontra a prática e que teoria sem aplicação é apenas uma promessa incompleta.

E ao Itaú Unibanco, que me permite, diariamente, participar da jornada de tantas pessoas, ajudando-as a evoluir financeiramente e a caminhar na direção dos seus sonhos.

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	3
Introdução	7

SEÇÃO I FUNDAMENTOS E PRIMEIROS PASSOS

<i>Capítulo 1.</i> Antes dos Reais: o Brasil pré-europeu e as trocas originárias	11
<i>Capítulo 2.</i> Finanças no Brasil Colônia	16
<i>Capítulo 3.</i> Entre Alferes e Coroas: os montepios e a semente da previdência	21
<i>Capítulo 4.</i> Um Banco nos Trópicos: a Fundação do Banco do Brasil e o Império Financeiro	26
<i>Capítulo 5.</i> Pregões Imperiais: o Surgimento das Primeiras Bolsas	31
<i>Capítulo 6.</i> Ouro Negro: a Bolsa de Café e a força de Santos	36
<i>Capítulo 7.</i> Bonds e Bondinhos: como a dívida financiou o progresso	41
<i>Capítulo 8.</i> A Festa e o Tombo: o Encilhamento e sua crise	46

SEÇÃO II
INSTITUIÇÕES,
EXPANSÃO E COLAPSOS

<i>Capítulo 9.</i> Bancos à Brasileira: o surgimento dos grandes bancos privados	53
<i>Capítulo 10.</i> Bancos Públicos: entre o desenvolvimento e a política	58
<i>Capítulo 11.</i> A Ressaca de Wall Street: o <i>crash</i> de 1929 e seus ecos tropicais	63
<i>Capítulo 12.</i> Mudanças Profundas: a reforma bancária de 1964	68
<i>Capítulo 13.</i> De Volta à Realidade: o <i>crash</i> de 1971 e a Bolsa Brasileira	73
<i>Capítulo 14.</i> Choque de Petróleo, Choque de Dívida	78
<i>Capítulo 15.</i> A Inflação Fora de Controle: planos de contenção e tentativas fracassadas	84
<i>Capítulo 16.</i> O Homem e a Bolsa: o caso Naji Nahas	90
<i>Capítulo 17.</i> Bloqueio e Desconfiança: trauma do Plano Collor	94
<i>Capítulo 18.</i> A Virada de 94: o Plano Real e a nova ordem monetária	99

SEÇÃO III
CRISES, REGULAÇÃO
E POPULARIZAÇÃO

<i>Capítulo 19.</i> Resgatando a Confiança: PROER, PROES e a limpeza do sistema	107
<i>Capítulo 20.</i> Crises Globais, Efeitos Locais: o Brasil no fim dos anos 90	113
<i>Capítulo 21.</i> O Preço da Liberdade Cambial: a desvalorização de 1999	118
<i>Capítulo 22.</i> Capital Global: a jornada do Brasil pela Basileia	123
<i>Capítulo 23.</i> Uma Rede de Segurança: a criação do FGC	128
<i>Capítulo 24.</i> Tesouro para Todos: o nascimento do Tesouro Direto	134
<i>Capítulo 25.</i> Marcação a Mercado: a crise que mexeu com os fundos	139
<i>Capítulo 26.</i> O Brasil Diversifica: o fortalecimento dos fundos multimercados	144
<i>Capítulo 27.</i> Construindo Tijolo por Tijolo: o avanço dos fundos imobiliários	150

<i>Capítulo 28.</i> De Grau de Investimento à Perda de Credibilidade	156
<i>Capítulo 29.</i> Gravador e Gravidade: o estouro do <i>Joesley Day</i>	161

SEÇÃO IV
TECNOLOGIA,
CONECTIVIDADE E O FUTURO

<i>Capítulo 30.</i> Entre Papeletas e Pregões: a história das corretoras	169
<i>Capítulo 31.</i> A Revolução Digital: <i>fintechs</i> , bancos digitais e a nova competição	173
<i>Capítulo 32.</i> Educação Financeira e o Novo Investidor: da inclusão ao combate do endividamento	178
<i>Capítulo 33.</i> O Vírus e os Mercados: pandemia e volatilidade sem precedentes	183
<i>Capítulo 34.</i> Portas Abertas: o <i>Open Finance</i> e a nova dinâmica financeira	187
<i>Capítulo 35.</i> Pagamento Instantâneo: a revolução do Pix	191
<i>Capítulo 36.</i> Vitrine e Bastidores: o caso Americanas e o risco invisível	195
<i>Capítulo 37.</i> Olhar para Fora: como o brasileiro ganhou o mundo financeiro	198
<i>Capítulo 38.</i> Capital com Propósito: a ascensão do ESG e das finanças sustentáveis	202
<i>Capítulo 39.</i> Algoritmos e Alavancagem: como dados e IA redesenham o mercado	205
<i>Capítulo 40.</i> Ciclos e Lições: o que a história do dinheiro brasileiro nos ensina	209
Posfácio	213
Minibiografias	215
Glossário	219
Referências	222

Amostra

Prefácio:

O Brasil não é para amadores

E a nossa relação com o dinheiro é uma das maiores provas disso.

Eu já perdi a conta de quantos livros de finanças li que parecem tradução mal feita de manual norte-americano. Aquele discurso padrão sobre “diversifique a carteira” e “pense no longo prazo”. Tudo muito organizado, tudo muito bonito, só que escrito por quem claramente nunca acordou numa segunda-feira e descobriu que o governo mudou as regras do jogo no domingo à noite.

Falar de dinheiro no Brasil é lidar com um trauma coletivo. Um trauma que o investidor estrangeiro simplesmente não consegue processar. A gente não é apenas “emergente” ou “volátil”. A gente é um país que aprendeu, da pior forma possível, que confiar cegamente no sistema pode significar perder tudo de um dia para o outro. Não é teoria. É memória. É gente que viu a poupança virar pó.

E é exatamente por isso que eu admiro tanto o trabalho de Martin Iglesias.

Martin é uma das raras pessoas no mercado financeiro brasileiro que não trata a história como enfeite nem como curiosidade acadêmica. Ele trata a história como ferramenta de raciocínio. E isso, para mim, é o que separa quem entende de verdade do resto.

O que ele faz neste livro não é comum. Ele não escolhe o caminho fácil. Ele volta aonde quase ninguém gosta de voltar. Encilhamento? Sim, aquela bolha do final do século XIX que muita gente prefere fingir que não existiu. A forma improvisada como o Brasil saiu de uma economia colonial para um sistema monetário moderno, sem instituições sólidas no meio do caminho. Isso não é detalhe histórico. Isso explica o nosso presente.

Explica por que o brasileiro médio é obcecado por liquidez.

Explica por que todo mundo quer investimento que “rende todo dia”.

Explica por que qualquer coisa que prenda o dinheiro por mais de seis meses já gera desconforto.

A resposta não está em vídeo do YouTube nem em fórmula pronta. Está nos planos Cruzado, Verão e Collor. Está nessa sequência de rupturas que moldou a forma como a gente lida com risco, confiança e tempo.

O que torna Martin ainda mais admirável é a capacidade de avançar dessa história pesada para o presente sem cair em discurso vazio. Ele fala de ESG, de inteligência artificial e de inovação financeira, sempre com o pé no chão brasileiro. Não é papo de palco nem de consultor de *slide* bonito. É o olhar de quem entende que, no Brasil, inovar quase sempre foi sobreviver primeiro. Prosperar veio depois.

Eu digo isso há anos, e quem já foi meu aluno sabe. Educação financeira não é decorar fórmula nem repetir jargão bonito. Educação financeira é repertório. É ampliar a capacidade de raciocínio.

É parar de entrar em pânico quando o dólar sobe porque você entende o ciclo.

É sair da posição de refém das manchetes e passar a ler o jogo antes de a bola rolar.

Esse livro faz exatamente isso. E faz porque foi escrito por alguém que respeita a inteligência do leitor. Martin não subestima, não promete atalhos, não vende ilusão. Ele oferece contexto. E contexto, no mercado financeiro, é o que separa quem investe de quem aposta.

Se você quer entender por que somos do jeito que somos — sofisticados, mas desconfiados; inovadores, mas conservadores —, este livro é leitura obrigatória. O futuro a gente constrói, sim. Mas, sem entender o passado, o Brasil continua improvisando.

Eu admiro Martin porque ele ajuda a parar esse improviso.

Boa leitura.

E não venha reclamar depois dizendo que eu não avisei que este livro ia mexer com as suas certezas.

Fabio Louzada

CEO e Fundador da Faculdade Brasileira de Negócios e Finanças

Apresentação

Quando finalizei *Ecos do Dinheiro*, uma jornada pelas origens e transformações do mercado financeiro global — da Babilônia aos criptoativos —, sabia que ainda havia uma parte essencial dessa história a ser contada. O Brasil, com sua trajetória tão singular, rica, conturbada e fascinante, merecia uma narrativa própria. Nascia ali o embrião deste livro que agora você tem em mãos: *Ouro, Papel e Pix — A História do Mercado Financeiro Brasileiro*.

Este livro é, antes de tudo, uma continuidade. Mas também é um mergulho íntimo, um retorno às minhas próprias origens como educador e profissional do mercado financeiro. Ele é fruto de décadas de observação, de convivência com ciclos econômicos, de encontros com alunos, investidores, colegas e personagens que ajudaram a moldar o mercado como o conhecemos. Mais do que um projeto intelectual, *Ouro, Papel e Pix* é um compromisso com a memória e com o futuro.

Desde que comecei a lecionar sobre o mercado financeiro, percebi que as perguntas mais importantes nem sempre vinham acompanhadas de dados, mas de contexto. “Por que o Brasil tem medo da inflação?” “Por que o mercado ainda se assusta com o noticiário político?” “Por que temos tanta desconfiança com o sistema bancário?” Essas perguntas, muitas vezes repetidas em sala de aula, revelam uma ausência: a de uma narrativa histórica que explique nossos traumas, nossas conquistas e nossas escolhas.

Foi assim que compreendi que contar a história do mercado financeiro brasileiro não é apenas listar datas, planos econômicos e reformas.

É, acima de tudo, buscar padrões, entender comportamentos, identificar o que nos torna singulares dentro do vasto universo das finanças globais: o que aprendemos, o que ainda insistimos em repetir e o que podemos fazer melhor daqui para frente.

Este livro é, portanto, uma espécie de crônica longa, em que cada capítulo narra uma etapa da evolução financeira do país. Começamos com as formas rudimentares de troca no Brasil pré-colonial, atravessamos os ciclos de *commodities*, a criação dos primeiros bancos e bolsas, os planos de estabilização e os períodos de crescimento e crise. Mas não nos limitamos ao passado: avançamos até o presente, com a chegada das *fintechs*, a digitalização dos meios de pagamento, a internacionalização do investidor e os desafios contemporâneos como o ESG, a educação financeira e a inteligência artificial.

Em cada etapa, tentei manter um olhar de quem ama a história, respeita a experiência e não perde de vista o que realmente importa: as pessoas. O mercado financeiro é feito de números, sim. Mas também é feito de biografias, de decisões, de riscos assumidos, de sonhos frustrados ou realizados. E é por isso que optei por uma linguagem acessível, fluida, que permita ao leitor transitar entre a curiosidade e o aprofundamento, entre o espanto e a compreensão.

Ao longo da obra, você encontrará figuras-chave dessa construção: banqueiros, reguladores, investidores, professores, jornalistas e personagens emblemáticos que ajudaram a consolidar ou questionar os caminhos percorridos. Algumas dessas figuras ganham minibiografias ao final, como forma de homenagear suas contribuições e registrar suas trajetórias.

Há, neste livro, um desejo claro de educar, mas também de inspirar. De mostrar que a história financeira brasileira é mais do que um acervo de crises: ela é também uma história de criatividade, de adaptação, de superação. E que compreender essa jornada é fundamental para quem deseja construir um futuro mais sólido, eficiente e justo.

Os leitores que chegaram até aqui talvez se perguntem: por que escrever outro livro sobre dinheiro, depois de *Ecos do Dinheiro*? A resposta está na própria realidade brasileira. Somos um país que conviveu com diferentes moedas, que viu planos econômicos nascerem e ruírem, que

enfrentou crises de liquidez, de confiança e de credibilidade. Mas também somos um país com um sistema financeiro sofisticado, resiliente e inovador. Entender esse paradoxo exige um mergulho profundo, que este livro busca oferecer.

Este livro não é apenas para economistas, financistas ou estudantes da área. Ele é para todos que desejam compreender como o dinheiro circula, quem o regula, por que ele às vezes falta, quem se beneficia e quem paga o preço das crises. Ele é para quem acredita que a educação financeira não é um luxo, mas um direito. E para quem sabe que conhecer o passado é uma forma de estar mais preparado para o futuro.

Ao escrevê-lo, pensei nos meus alunos, nos meus colegas de profissão, nos leitores de *Ecossistema do Dinheiro* e em todas as pessoas que algum dia se perguntaram por que o real existe, como nasceu o Banco do Brasil, o que levou o Bamerindus a fechar as portas ou como um aplicativo de celular mudou o sistema de pagamentos.

Pensei também em quem, como eu, acredita que a história deve ser contada com clareza, profundidade e empatia. Que o leitor merece um texto honesto, bem pesquisado, mas também leve, envolvente e cheio de vida.

Se você chegou até aqui, agradeço pela confiança. Espero que este livro o ajude a ver o mercado financeiro com mais autonomia, mais compreensão e, quem sabe, com mais encantamento.

Porque, apesar de todas as suas sombras, o mercado também é um espelho. Ele reflete nossas escolhas, nossos valores e nossos ciclos. E, se conseguirmos interpretá-lo melhor, talvez possamos fazer dele uma ferramenta a serviço de algo maior: um futuro mais consciente, mais estável e mais humano.

Amostra

Introdução:

Como o livro está estruturado

Este livro foi cuidadosamente organizado para guiar o leitor por uma viagem cronológica e temática através da história do mercado financeiro brasileiro. A narrativa começa muito antes da chegada dos colonizadores, com as formas originárias de troca praticadas pelos povos indígenas, e avança, capítulo a capítulo, por marcos fundamentais da construção econômica do país.

Os primeiros capítulos abordam os períodos colonial, imperial e republicano, contextualizando as instituições, moedas, bolsas e bancos que surgiram com a evolução do país. A partir do século XX, a obra se concentra nos momentos de expansão, crise e transformação do sistema financeiro, sempre conectando os acontecimentos à vida cotidiana, à política e à cultura brasileira.

Temas como inflação, planos econômicos, criação do Plano Real, abertura ao capital estrangeiro, crises internacionais, digitalização dos serviços financeiros e surgimento de novas formas de investimento (como *fintechs*, fundos imobiliários e o Tesouro Direto) são tratados com linguagem acessível, porém tecnicamente sólida.

Além da cronologia, o livro também reserva capítulos temáticos dedicados a instituições relevantes, fenômenos recentes como o PIX e o *Open Finance* e reflexões sobre o futuro. Ao longo da leitura, personagens marcantes, episódios curiosos e lições valiosas ajudam a revelar não apenas a evolução dos mercados, mas também os ciclos, padrões e desafios que continuam a moldar as finanças no Brasil.

Complementando essa jornada, o livro apresenta um glossário com os principais termos técnicos e uma seção de minibiografias de personalidades que marcaram época no mercado financeiro brasileiro.

Tudo isso com um único propósito: ajudar o leitor a compreender como o passado financeiro do Brasil influencia seu presente e pode iluminar os caminhos do seu futuro.

Amostra

SEÇÃO I

FUNDAMENTOS E
PRIMEIROS PASSOS

Amostra

CAPÍTULO 1

Antes dos Reais:

O Brasil pré-europeu e as trocas originárias

Muito antes de qualquer moeda cunhada circular pelo território que hoje chamamos de Brasil, antes mesmo de se ouvir falar em câmbio, inflação ou juros compostos, já havia por aqui um sistema econômico em pleno funcionamento. Não havia bancos, pregões ou escrituras públicas. Mas havia terra, havia gente e havia troca. Porque, onde há convivência, há economia. E, onde há necessidade, há valor.

Quando os europeus aportaram por aqui em 1500, encontraram um mundo que, para eles, parecia estático, quase imóvel no tempo. Mas não era. Era apenas um outro tempo. Os que ocupavam o imenso território brasileiro viviam segundo lógicas que não se traduziam em ouro ou prata, mas em reciprocidade, pertencimento, sobrevivência coletiva e espiritualidade. O valor, entre eles, não era determinado por escassez ou especulação, mas por significado. E isso é, no fundo, também uma forma de economia: uma economia simbólica.

Um continente chamado Brasil

Antes de ser um país, o Brasil era um continente em diversidade. Estima-se que, à época do primeiro contato europeu, havia aqui entre 3 e 5 milhões de habitantes, espalhados por centenas de etnias, com mais de mil

línguas e dialetos diferentes. Tupinambás, Guaranis, Xavantes, Pataxós, Yanomamis, Gês e Tikunas — a lista é extensa —, e cada povo tinha sua forma de organização, sua cosmologia e, claro, sua economia.

As formas de vida variavam conforme a geografia. No litoral e nas margens dos rios, predominavam as aldeias de pesca, em contato constante com os manguezais, estuários e o mar. No interior, comunidades voltadas à agricultura de coivara — um tipo de roça itinerante — cultivavam mandioca, milho, batata-doce, feijão e abóbora. No planalto, grupos caçadores-coletores traçavam rotas sazonais de sobrevivência e relação com a natureza. E, no coração da floresta amazônica, havia um mundo complexo de rios como estradas, onde a troca era feita por meio de longas viagens em canoas entalhadas e acompanhadas por cantos.

A lógica do escambo

Não havia moeda em circulação, ao menos não no sentido tradicional. Mas havia escambo. Um escambo sofisticado, com regras culturais e espirituais muito claras. Era comum, por exemplo, que um bem não fosse entregue como pagamento imediato, mas como parte de uma relação que implicava vínculos, obrigações e até festas. Você não trocava só para obter algo. Você trocava para iniciar algo: uma amizade, uma aliança, uma confiança.

A economia, nesse sentido, era um processo coletivo e relacional. Objetos tinham valor conforme sua origem e o contexto em que circulavam. Um colar de conchas podia não valer nada para um e ser objeto de grande prestígio para outro. O mesmo se aplicava ao urucum, ao mel silvestre, ao peixe seco, aos pigmentos, à cerâmica e ao artesanato em plumas.

Entre os povos tupis, por exemplo, era comum o uso do maracá — instrumento musical com função cerimonial — em festas de troca. O ritual era quase tão importante quanto o que se trocava. Havia também trocas entre aldeias distantes, como as expedições de intercâmbio conhecidas como trocas de longo curso, nas quais bens circulavam por centenas de quilômetros, muitas vezes passando por diversas etnias

intermediárias. A castanha-do-pará, por exemplo, podia chegar até as aldeias tupis do Sudeste muito antes da chegada dos europeus. Uma cadeia logística ancestral.

A troca simbólica

Mas a economia ia além da troca de bens materiais. Havia uma sofisticada estrutura de trocas simbólicas. O prestígio de um líder, por exemplo, estava ligado à sua capacidade de dar, e não de acumular. Era valorizado aquele que oferecia comida a toda a aldeia, que acolhia, que dividia. Riqueza, nesse universo, era sinônimo de generosidade.

Entre alguns povos amazônicos, como os povos do Alto Xingu, festas como o Kuarup envolviam a distribuição de alimentos e presentes como forma de marcar a posição de uma família dentro da hierarquia social. Era a abundância que gerava poder simbólico, não a escassez.

Isso ressoa com a famosa ideia do *potlatch* entre os povos originários do Pacífico Norte, estudada por antropólogos como Marcel Mauss, autor do clássico *Ensaio sobre a Dádiva*. A tese é clara: nem todas as economias são guiadas pelo interesse individual; muitas são baseadas no dom, no contra-dom e no prestígio.

Moedas que não eram moedas

Apesar de não existirem moedas metálicas ou cédulas, certos objetos funcionavam como unidades de valor. Pentes de osso, colares de sementes, plumas raras, conchas específicas e até sal podiam servir como meio de troca ou sinal de status. Em algumas regiões, como no Alto Rio Negro, grupos utilizavam moedas de penas, que eram trançadas e entregues em ocasiões cerimoniais.

Mais ao sul, entre os guaranis, o *petym*, um tipo de colar de dentes ou sementes, podia representar um dote ou um presente de aliança. Havia também a circulação de artefatos de pedra polida, como machados cerimoniais, usados em rituais, mas também em trocas de valor elevado.

A própria linguagem das trocas era uma forma de moeda simbólica. O dom da oratória, a capacidade de negociar sem romper a harmonia, era um ativo valioso. E os anciãos, guardiões da memória, eram fontes de confiança: os auditores da tradição oral.

Território e valor

Nessa lógica, o território não era propriedade, mas espaço de relação. A terra era sagrada e coletiva, cuidada para garantir o equilíbrio entre os seres humanos, animais, vegetais e espíritos. Isso não quer dizer que não houvesse regras de uso e ocupação. Cada grupo tinha suas áreas de caça, coleta e roça, e havia negociações frequentes com vizinhos sobre fronteiras fluidas, rotas de passagem e zonas de troca.

Em momentos de escassez, era comum o apoio entre grupos, reforçando alianças e pactos. A lógica era de solidariedade territorial. A floresta era banco, armazém e lar. O rio era via de comércio, mas também fonte de alimento e de sabedoria espiritual. A natureza era viva, e negociar com ela exigia escuta, respeito e ritual.

A chegada do outro: O início do desequilíbrio

Quando os portugueses desembarcaram, não trouxeram apenas espelhos e tecidos. Trouxeram também uma outra ideia de valor: o valor da posse, da propriedade e da acumulação. Para os indígenas, os objetos dados pelos brancos inicialmente não tinham o mesmo peso simbólico e eram recebidos como parte de um ritual de troca qualquer. Mas, com o tempo, a lógica mudou. O ferro passou a ser visto como superior à pedra. O machado europeu tornou-se mais desejado do que o machado cerimonial. E a desigualdade começou a se infiltrar.

O escambo entre as aldeias e os portugueses durou pouco como relação entre iguais. Em poucos anos, a economia da dádiva foi substituída pela lógica da dominação, da escravização e do extrativismo

compulsório. A terra deixou de ser espaço de relação e passou a ser escritura. O trabalho coletivo virou mão de obra. E o que antes era valor simbólico tornou-se valor de mercado.

O valor de olhar para trás

Este capítulo não é apenas uma introdução cronológica. É um convite à reflexão. A história financeira do Brasil não começa com o Banco do Brasil, nem com o ouro de Minas, tampouco com o real. Ela começa muito antes, em aldeias abertas ao redor de fogueiras, em escambos silenciosos nas margens dos rios, em colares trançados com paciência, em redes de confiança que valiam mais do que qualquer câmbio.

O Brasil nasceu com uma economia da convivência, e essa raiz, ainda que abafada, sobrevive. Há valor em ouvir, em partilhar, em respeitar o tempo do outro. Há valor em lembrar que, antes do real, tudo já era real — real no sentido mais humano, simbólico e ancestral da palavra.

CAPÍTULO 2

Finanças no Brasil Colônia

O império que começou sem moeda

Imagine um país que nasceu endividado — não por dívidas externas, mas por um débito de origem: o de servir a uma Coroa distante, faminta por riqueza e prestígio. O Brasil Colônia foi, desde o início, um projeto econômico. Mas, antes de ser colônia, era apenas terra descoberta. E, mesmo depois de colonizado, por muito tempo não houve por aqui uma moeda própria. Havia abundância de solo e de recursos naturais, mas escassez de numerário — aquela moeda metálica com que se compram e vendem coisas.

Nos primeiros tempos, a economia funcionava como podia: em parte com escambo, em parte com moedas trazidas por aventureiros e em parte com promissórias informais entre senhores de engenho. Circulavam moedas espanholas, portuguesas, flamengas, francesas e até algumas peças de ouro de origem africana. Era um verdadeiro carnaval de divisas, e não havia banco central para dar jeito na bagunça.

Os colonos precisavam negociar, mas não dispunham de dinheiro emitido localmente. Era como se um comerciante abrisse um mercado sem caixa. O que se fazia, então? Trocava-se produto por produto: açúcar por tecidos, gado por ferramentas, escravos por especiarias. Em certos períodos, o açúcar virou uma espécie de padrão-mercadoria. Era uma economia real, no sentido mais literal da palavra.

As capitanias: Negócios por herança

No início da colonização, a Coroa Portuguesa não tinha recursos nem pessoal para administrar diretamente o vasto território recém-descoberto. A solução foi terceirizar. Criaram-se as capitanias hereditárias, uma espécie de franquia imperial em que um donatário recebia grandes extensões de terra com a obrigação de povoar, defender e produzir. Em troca, poderia cobrar impostos e manter parte da renda gerada. Era o poder descentralizado, mas com fidelidade à Coroa.

O problema é que a maioria dessas capitanias fracassou. A distância, a ausência de estrutura e os conflitos com os povos originários tornaram inviável o sucesso do modelo em larga escala. Apenas Pernambuco e São Vicente prosperaram — e isso muito por causa do açúcar.

Mas o conceito financeiro estava ali: concessão de terras, arrecadação descentralizada, contratos, deveres e direitos. Um protótipo da relação entre Estado e iniciativa privada que, séculos depois, ainda apareceria sob outras formas, como as parcerias público-privadas ou as concessões modernas.

A Casa da Moeda e a ânsia de controle

Aos poucos, a colônia foi ganhando importância econômica. E, com ela, vieram os instrumentos de controle financeiro. Em 1694, foi fundada a Casa da Moeda da Bahia, a primeira do Brasil, com o objetivo de cunhar moedas localmente, reduzir o contrabando e organizar o sistema de pagamentos.

Era o reconhecimento de que uma colônia com produção significativa precisava de instrumentos financeiros estáveis. A circulação de moedas estrangeiras era inevitável, mas a Coroa queria ter parte da receita — e isso exigia registrar, pesar e carimbar. O dinheiro não era só meio de troca: era ferramenta de poder.

O Brasil, então, começou a entender o que era a moeda com lastro político. A moeda nacional não existia ainda, mas a disputa sobre quem emite e quem controla já estava em cena.

Açúcar, o primeiro ciclo da riqueza

O ciclo do açúcar foi a primeira grande alavanca econômica da colônia. Plantado principalmente no Nordeste, em Pernambuco e na Bahia, o açúcar era exportado para a Europa com margens altíssimas. Mas, por trás das cifras, havia um sistema rudimentar de crédito.

Os engenhos operavam com base em adiantamentos. Comerciantes europeus, sobretudo holandeses e portugueses, financiavam a safra e, em troca, recebiam o açúcar com preço previamente ajustado. Era uma espécie de contrato futuro rudimentar, que ligava produção e comércio de forma intercontinental. Muitos senhores de engenho viviam endividados, é verdade. As oscilações de produção, as pragas nas lavouras e a alta carga tributária corroíam os ganhos. No entanto, como apontou Celso Furtado, esse mesmo sistema permitiu a formação de uma aristocracia agrária colonial extremamente rica e influente, que acumulava terras, poder político e prestígio social.

Os lucros não ficavam apenas em Lisboa. Embora uma parte significativa da renda fosse remetida à metrópole e aos negociantes estrangeiros, a elite local também se beneficiava amplamente do ciclo do açúcar. As casas-grandes eram palácios no meio do canavial. O senhor de engenho, em muitos casos, era mais do que produtor. Era juiz, chefe militar, dono de almas e de fortunas. A despeito da dependência financeira estrutural da colônia, o açúcar construiu fortunas duradouras e uma cultura de poder enraizada na terra.

A Fazenda Real e a máquina de arrecadar

Para manter o sistema colonial, a Coroa Portuguesa criou a Fazenda Real, responsável por cobrar tributos, controlar o comércio, regular o transporte e impedir o contrabando. Era uma burocracia complexa, com almoxarifes, escrivães, tesoureiros e contratadores de impostos, todos nomeados a partir de Lisboa.

A cobrança de impostos era feita em espécie: ouro, açúcar, gado, pau-brasil. Um dos tributos mais famosos foi o quinto do ouro, que

determinava que 20% de toda a produção aurífera pertencia à Coroa. E, como era de se esperar, nem sempre esse quinto era pago de bom grado.

Para garantir a arrecadação, instituiu-se a derrama — a cobrança compulsória quando a cota anual de ouro não era atingida. Foi uma das medidas mais impopulares do período colonial e está diretamente ligada à insatisfação que motivou a Inconfidência Mineira.

A Fazenda Real era, ao mesmo tempo, Receita Federal, Banco Central e Ministério da Economia do Brasil colônia. Controlava entradas e saídas, vigiava rotas e auditava contas. Era o braço invisível da Coroa, que estendia sua mão onde houvesse riqueza a ser cobrada.

Ouro, opulência e descontrole

A descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, mudou a balança econômica da colônia. O açúcar entrou em declínio, e o ouro se tornou o novo motor da economia brasileira. Cidades como Vila Rica — atual Ouro Preto —, Sabará e Mariana floresceram com igrejas barrocas, casarios riquíssimos e uma elite cada vez mais refinada.

Mas a abundância de ouro trouxe também instabilidade. A inflação local cresceu, o contrabando se intensificou e a desigualdade se acentuou. A riqueza mineral era, ao mesmo tempo, bênção e maldição. O ouro que saía do Brasil enriquecia Lisboa e pagava dívidas de Portugal com a Inglaterra. O país vivia a sua primeira grande exportação líquida de capital.

E o povo? Trabalhava, na maioria das vezes, sob o peso da escravidão ou de impostos pesados. As revoltas populares eclodiam em ciclos, e a sensação de exploração nunca foi esquecida.

A escravidão como base do sistema

Nada disso seria possível sem a tragédia histórica da escravidão. O modelo econômico colonial brasileiro foi construído sobre o trabalho forçado de milhões de africanos trazidos para cá em condições desumanas. Estima-se que cerca de 5 milhões de pessoas foram escravizadas e desembarcaram no Brasil ao longo de três séculos.

O escravo era tratado como ativo financeiro. Tinha preço, garantia e podia ser hipotecado, penhorado, alugado ou vendido. As senzalas eram, sob o olhar do colonizador, parte do patrimônio produtivo. A lógica era perversa, mas real. A escravidão era um fator de produção calculado nas contas do engenho.

Os senhores de escravos usavam essas propriedades humanas como colateral para empréstimos, muitas vezes com aval de comerciantes portugueses. O sistema jurídico da época reconhecia esses contratos, e a economia se moldava em torno deles.

Reflexão: O DNA da desigualdade

O Brasil Colônia não teve bolsa de valores, nem bancos comerciais, nem orçamento participativo. Mas teve um sistema financeiro funcional, baseado na concentração de poder, na exploração de recursos e na centralização da arrecadação.

Muito do que ainda vemos hoje nasceu ali. A centralização fiscal, a desigualdade de acesso ao capital, o peso do Estado como cobrador e a lógica de exportação como fonte principal de riqueza. Foi um modelo de finanças sem inclusão, de crescimento com exclusão.

Essa herança não desapareceu com a independência. Apenas trocou de roupa. O capital mudou de mãos, mas manteve os mesmos fundamentos: privilégio, concentração e dependência externa.

Epílogo: O tesouro invisível

O Brasil do período colonial viveu três séculos sem uma moeda nacional, sem bancos modernos, sem uma legislação financeira propriamente dita. Mas, mesmo assim, construiu-se um sistema: um sistema informal, adaptativo, muitas vezes violento, quase sempre desigual, mas incrivelmente resiliente.

Foi a semente de uma história que ainda hoje estamos tentando corrigir. Porque, no fundo, nossa maior dívida é com a memória e com aqueles que ficaram fora da contabilidade oficial.

CAPÍTULO 3

Entre Alferes e Coroas: Os montepios e a semente da previdência

Antes de o Brasil conhecer a palavra previdência, antes mesmo de se falar em aposentadoria, já havia por aqui um sentimento ancestral de proteção. Era o receio de que a morte, a doença ou a velhice deixassem uma família desamparada. E foi desse sentimento que surgiram, ainda no século XVIII, as primeiras experiências de amparo financeiro organizado: os montepios.

Pareciam discretos. Pequenas instituições feitas por militares, servidores e membros da elite burocrática colonial. Mas estavam carregadas de significado. Porque, no fundo, os montepios carregavam uma ideia que só ganharia força séculos depois: a de que o Estado, ou uma comunidade, poderia assumir a responsabilidade de garantir alguma segurança diante das incertezas da vida.

O tempo dos alferes

No Brasil do século XVIII, ser alferes ou capitão, tenente, sargento-mor era mais do que um posto militar. Era também uma forma de status. Os oficiais das milícias e tropas locais, além de manterem a ordem e a segurança das capitânicas, compunham uma casta que transbordava os quartéis. Eram administradores, comerciantes, proprietários de terras e até magistrados, em alguns casos.

Mas havia um problema que unia todos eles: a falta de proteção para as famílias no caso da morte do provedor. As guerras, epidemias e as longas campanhas exigiam um tipo de coragem que a coragem sozinha não pagava. O soldo era modesto. A instabilidade, frequente. E a incerteza sobre o futuro, constante.

Foi assim que começaram a surgir, entre militares e funcionários da Coroa, os primeiros fundos comunitários de ajuda mútua: os chamados montepios.

Montepio: Um nome, uma ideia

O termo montepio deriva do latim “*mons pietatis*”, monte de piedade. A ideia era simples: formar um monte, ou fundo comum, a partir das contribuições regulares dos associados. Com esse recurso, garantia-se pensão à viúva, dote para as filhas ou auxílio em caso de invalidez.

O primeiro grande exemplo institucional surgiu em Portugal, com o Montepio Militar, criado em 1761 por decreto do rei D. José I. O modelo logo atravessou o Atlântico. No Brasil, ganhou corpo no final do século XVIII, especialmente entre os oficiais militares e altos funcionários públicos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Esses montepios não eram instituições públicas, mas também não eram totalmente privadas. Viviam num meio-termo que hoje chamaríamos de parapúblico. Tinham apoio da Coroa, funcionavam com regras oficiais, mas eram mantidos por contribuições dos próprios membros.

Os primeiros passos da previdência no Brasil

Um marco importante foi a criação do Montepio dos Órfãos dos Oficiais Militares, em 1795, no Rio de Janeiro. Funcionava como um fundo de pensão para os herdeiros dos militares falecidos. Os associados contribuíam mensalmente com parte do soldo, e o fundo era administrado com regras rígidas, inclusive com punições para aqueles que atrasassem os pagamentos.

Mais tarde, em 1835, no já independente Império do Brasil, surgiria o Montepio Geral dos Servidores do Estado, uma ampliação da ideia, agora englobando civis. O conceito estava lançado. Servidores públicos poderiam contar com um fundo solidário para amparar suas famílias. Era o embrião da previdência pública brasileira.

Esses fundos eram embrionários, claro. Não havia cálculos atuariais complexos nem supervisão profissional. Mas havia um princípio: o de contribuição solidária e benefício futuro. A lógica do pague agora, receba depois começava a ganhar raízes.

O valor da previsibilidade

O Brasil ainda era jovem e rural. A vida era curta. A expectativa de sobrevivência de um homem adulto não passava dos 40 ou 50 anos, especialmente em regiões tropicais sem infraestrutura sanitária. Ter um fundo que garantisse algum apoio financeiro para a viúva e os filhos era, ao mesmo tempo, pragmático e revolucionário.

Porque o que os montepios prometiam, ainda que modestamente, era previsibilidade em um mundo instável. Não eram apenas instrumentos financeiros. Eram estruturas de solidariedade institucionalizada. E também espaços de confiança. Os associados sabiam quem administrava, conheciam os outros membros e compartilhavam a mesma condição social e funcional.

Era um arranjo típico de uma sociedade ainda marcada pelo corporativismo e pelos vínculos de ofício. A proteção era oferecida a partir da profissão e da fidelidade ao Estado.

Entre Estado e sociedade: O papel simbólico dos montepios

Os montepios também cumpriam uma função simbólica importante. Representavam a ideia de que a honra de um oficial ou servidor se estendia à proteção de sua família. Um homem digno cuidava de seus

herdeiros. Contribuir com o montepio era uma forma de se inscrever nesse pacto de responsabilidade.

Não por acaso, muitos montepios publicavam seus regulamentos em jornais da época. Alguns realizavam cerimônias públicas para marcar os pagamentos de pensões ou os sorteios de benefícios. O gesto era quase ritualístico. Mostrava que aquele grupo, mesmo sem ser oficialmente o Estado, agia como tal.

Limites e desigualdades

É claro que os montepios não estavam isentos das contradições de seu tempo. Eram acessíveis apenas a grupos sociais específicos, quase sempre brancos, letrados e ligados ao poder. A população escravizada, os libertos, os indígenas e os trabalhadores informais estavam completamente fora desse arranjo. A previdência, nesse momento, ainda era um privilégio, não um direito.

Além disso, como todo fundo de longo prazo, os montepios estavam sujeitos à má gestão, fraudes e inadimplência. Quando um grande número de contribuintes falecia em um curto período, como durante epidemias, o fundo podia não dar conta de pagar os benefícios prometidos. Alguns quebraram. Outros se fundiram. Mas a ideia sobreviveu.

A semente plantada no século XVIII

O mais importante, porém, não foram os valores pagos, mas o precedente institucional que se criou. A existência dos montepios revelou que o Brasil, ainda colônia e depois Império, já conhecia o conceito de proteção social contributiva. A lógica da previdência não nasceu do nada no século XX. Ela foi germinada lentamente, regada por iniciativas como essas.

Quando, muito mais tarde, surgiram os institutos de aposentadoria, a previdência oficial, o INPS, o INSS e os regimes próprios dos servidores, já existia uma trilha aberta, ainda que rudimentar, por essas experiências coloniais.

Reflexão: Entre o soldo e o futuro

Em tempos de incerteza, olhar para trás pode ser um ato de prudência. O Brasil do século XVIII vivia à sombra da instabilidade, mas, dentro dessa sombra, surgiram ideias que ainda hoje sustentam parte do edifício do Estado moderno.

Os montepios foram mais do que fundos de ajuda. Foram expressões de confiança, de organização e de consciência coletiva. Eles mostraram que prever o futuro é impossível, mas proteger-se dele é uma escolha histórica. Uma escolha que começou com alferes, com coroas, com soldados preocupados com suas viúvas e com filhos que ainda nem tinham nascido